



# MOÇAMBIQUE

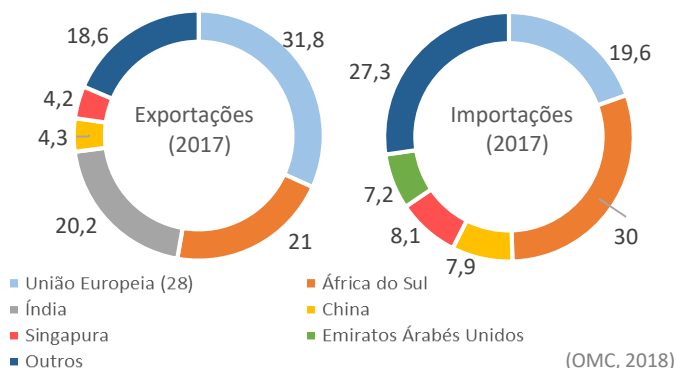
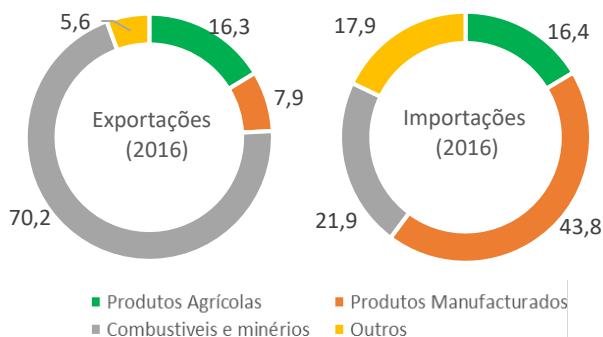


## BREVE CARACTERIZAÇÃO

- Membro da OMC desde 1995
- População ● 29,67 milhões
- Área ● 799 400 km<sup>2</sup>
- Fuso horário ● +1h; + 2h (inverno)
- Moeda ● Meticais (MZM)  
1€ = 70 MZM
- PIB ● 12,3 mil milhões US\$
- PIB per capita ● 449 US\$
- Peso da Agricultura ● 22 % do PIB

(World Bank, 2017; WTO, 2018)

## PERFIL DE COMÉRCIO MOÇAMBIQUE - resto do MUNDO



## RELACIONAMENTO BILATERAL PORTUGAL - MOÇAMBIQUE

### Trocas Comerciais (média 2013 – 2017)

Trocas comerciais de bens transacionáveis (excluindo serviços) entre Portugal e Moçambique (média 2013-2017):

- Exportações ● 279,2 milhões €
- Importações ● 42,5 milhões €
- Saldo balança comercial ● 236,7 milhões €

Produtos dos setores agrícola e agroalimentar, mar e florestas (AA+M+F):

- Exportações ● 42,4 milhões € (26ª posição)
- Importações ● 40,6 milhões € (31ª posição)
- Saldo ● 1,7 milhões €

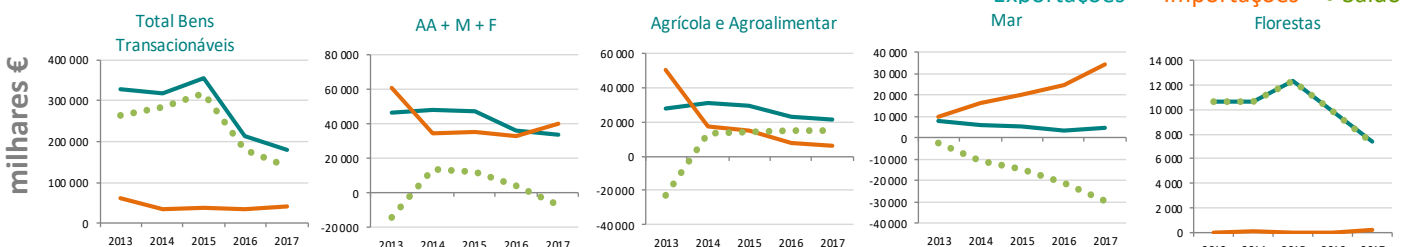
Representam perto de 15,2 % do total de exportações de bens transacionáveis e 4,9 % das correspondentes importações.

Sector agrícola e agroalimentar (AA):

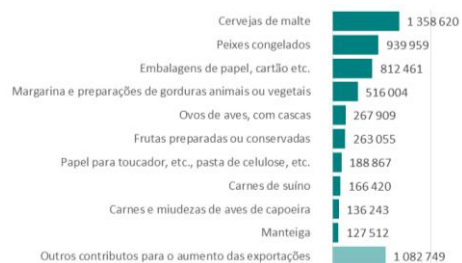
- Exportações ● 26,6 milhões € (25ª posição)
- Importações ● 19,4 milhões € (27ª posição)
- Saldo ● 7,2 milhões €



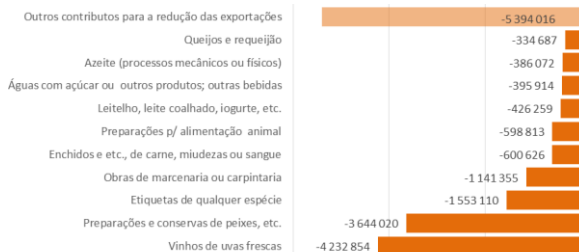
### Trocas Comerciais (AA+M+F) (média 2013-2017)



Aumento das exportações



Redução das exportações



Oportunidades

### Multilateral

#### Acordo de Parceria Económica UE-Moçambique (ACP-SADC)

As relações comerciais de Moçambique com a União Europeia (UE) processam-se pelo Acordo de Parceria Económica (APE) com o grupo de países da *Southern African Development Community* – SADC, composto por Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia (Angola tem a possibilidade de integrar este grupo no futuro), com vista à celebração de um APE regional tendo como principais objetivos:

- promover o comércio entre as partes (implantação de uma Zona de Comércio Livre, que permita o acesso privilegiado dos produtos de ambas as partes no território da outra parte),
- estimular o crescimento económico destes países da SADC
- reforçar a integração regional.

Este APE regional está a ser aplicado provisoriamente entre as partes.

Moçambique eliminou os direitos aduaneiros na importação de algumas mercadorias comunitárias (bens da categoria “A” – onde se incluem algumas matérias primas e equipamentos), sendo que para um grupo de produtos considerados sensíveis a liberalização será gradual durante um período até 5 anos (bens da categoria “B”) ou até 10 anos (bens da categoria “C”)

Cerca de 26% do volume das exportações da União Europeia para Moçambique ficaram excluídas de qualquer redução/isenção dos direitos aduaneiros por razões de segurança alimentar, sensibilidade industrial ou receita fiscal.

### Bilateral

#### Portugal-Moçambique

A nível bilateral, as relações de Cooperação entre Portugal e Moçambique estão enquadradas por um conjunto de Acordos, Memorandos de Entendimentos e Protocolos. No âmbito agrícola, destaca-se o Protocolo de Cooperação de 1996, bem como dois Memorandos de Entendimento sobre Cooperação, um no Domínio da Agricultura e o outro nos Domínios Sanitário e Fitossanitário, ambos celebrados em 2014.

### Regional

Moçambique faz parte da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, juntamente com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Neste âmbito, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique assinou, em Julho de 2018, a Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, como um passo importante para a concretização das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados Membros da CPLP, tendo também participado em vários projetos conjuntos FAO/CPLP, designadamente um de Cooperação relativo ao Combate à Desertificação nos países CPLP e um outro relativo à implementação da ESAN, com vista a disseminar e trocar informação e conhecimento entre os Estados membros da CPLP para apoiar e fortalecer a sua cooperação técnica e esforços coletivos no combate à fome e à pobreza, nomeadamente no que diz respeito à Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP).